ANTONIO EDUARDO REICHMANN SEIXAS

Princípios UNIDROIT para contratos de longa duração

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dr.^a Maristela Basso

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

ANTONIO EDUARDO REICHMANN SEIXAS

Princípios UNIDROIT para contratos de longa duração

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Internacional, sob a orientação da Professora Associada Dr.^a Maristela Basso.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Seixas, Antonio Eduardo Reichmann
Princípios UNIDROIT para contratos de longa duração /
Antonio Eduardo Reichmann Seixas. -- São Paulo, 2019.
159 p. ; 30 cm
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São
Paulo, 2019.
Orientador: Maristela Basso.

1. Princípios UNIDROIT. 2. Contrato de longa duração. 3.
Comércio internacional. 4. Resilição. 5. Denúncia. 6. Direito
comparado. I. Basso, Maristela, orient. II. Título.

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: Faculdade de Direito da USP

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Quando, ainda no fim da Graduação, decidi inscrever-me para o processo seletivo do Mestrado em Direito nas imponentes Arcadas (como se já não bastassem as colunas da Santos Andrade!), jamais havia imaginado o tamanho do desafio que teria de enfrentar nos anos seguintes.

A única coisa que eu soube desde sempre é que definitivamente não poderia chegar até o fim dessa jornada sem a intervenção de pessoas de muito bom coração, a quem devo meus mais sinceros agradecimentos. Como eu sei que vou acabar esquecendo de mencionar alguém, já adianto a minha infinita gratidão por todos aqueles que me acompanharam até aqui. Por mais que esse registro ainda seja muito pouco diante do que fizeram por mim, não posso deixar de retribuí-los de alguma forma. Sem vocês, nada disso seria possível. Muito obrigado!

Primeiro de tudo, agradeço a Deus e à minha família, pela compreensão, pelo convívio e por todo o amor dedicado desde sempre. Meus pais, *Antonio* e *Regina*; minha irmã, *Ana Cristina*. Amo vocês!

Aos meus brilhantes companheiros de ‘ponte aérea’, *Bruno Polonio Renzetti* e *Clóvis Alberto Bertolini de Pinho*, nem tenho palavras para expressar a minha gratidão. Da colação de grau em gabinete na UFPR às bancas de Mestrado na terra da garoa. Estamos juntos, sempre!

À minha namorada, *Laís Vernizi*, ao *Henrique Mader*, e aos meus infalíveis amigos, por estarem ao meu lado nas angústias e alegrias: *Amanda Laffitte* (mestra!), *Carolina Soares*, *Lucas Zapater Bertoni*, *Maria Eugênia Kroetz*, *Paulo Vinicius Liebl Fernandes* (agora também colega de USP!), *Rodrigo Beggiato*, *Yasmine Hajar* e tantos outros... Nunca deixem de contar comigo. Dedico esse trabalho a vocês!

Devo especiais agradecimentos acadêmicos à *Prof.^a Dr.^a Maristela Basso*, que fez a enorme gentileza de me acolher no Largo de São Francisco; ao *Ministro Luiz Edson Fachin*, pelo exemplo de docência e magistratura, e por ter me recebido e auxiliado sempre que pedi; ao *Prof. Dr. Jorge Fontoura Nogueira* e à *Prof.^a Dr.^a Marcia Carla Pereira Ribeiro*, sem a ajuda dos quais não teria ingressado no Mestrado. Muito obrigado!

Por fim, não posso deixar de mencionar, além de todos acima, aqueles que me auxiliaram, de um modo ou de outro, na feitura deste trabalho: *André Luiz Arnt Ramos*, civilista brilhante, que compartilhou material e tirou dúvidas minhas de forma impressionantemente didática; à equipe do UNIDROIT, em especial à *Laura Tinkanvaara*, que me acolheu com tanto carinho em Roma; aos serviços de biblioteca da Universidade Federal do Paraná, da Universidade de São Paulo, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, além da próprio UNIDROIT, onde pude coletar boa parte da bibliografia que subsidiou essa dissertação de Mestrado. Agradeço demais!

Enfim, a todos, apenas posso repetir mais e mais vezes: muito obrigado mesmo, de coração!

Largo de São Francisco — 18 de janeiro de 2019

*É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
Da dura poesia concreta de tuas esquinas
Da deselegância discreta de tuas meninas
[...]*

*E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
(Caetano Veloso, "Sampa," 1978)*

RESUMO

SEIXAS, Antonio Eduardo Reichmann. **Princípios UNIDROIT para contratos de longa duração**. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Os *Princípios UNIDROIT para contratos comerciais internacionais* têm obtido grande aceitação na comunidade jurídica internacional como instrumento dedicado a expressar as regras da nova *lex mercatoria* e os princípios gerais do comércio internacional. A quarta edição, publicada em março de 2017, alterou marginalmente alguns dispositivos desse instrumento de *soft law* com o objetivo de melhor atender às particularidades dos contratos internacionais de longa duração. Os dois maiores desafios enfrentados pelos especialistas que cuidaram do trabalho de revisão dos *Princípios* foram, de um lado, encontrar uma definição para o vago conceito de contrato de longa duração e, de outro lado, disciplinar o encerramento precoce dessas avenças. A principal proposta sobre esse último tema visava incluir uma previsão de resilição unilateral por ‘justa causa’, que foi, porém, rejeitada pelo Conselho Diretor do UNIDROIT. Com especial cuidado em relação a questões terminológicas no estudo do direito comparado, a presente pesquisa busca descrever a abordagem dos *Princípios UNIDROIT 2016* sobre os dois temas anteriormente citados, estabelecendo um diálogo com direito brasileiro ao revisar institutos jurídicos análogos. Para tanto, primeiro analisa-se a disciplina geral sobre contratos de longa duração e sobre resilição unilateral dos contratos por tempo indeterminado nos *Princípios UNIDROIT 2016*. Em seguida, examina-se a bibliografia jurídica brasileira sobre os ‘conceitos’ de contrato de longa duração e o desenvolvimento do instituto da resilição unilateral dos contratos no direito brasileiro, sobretudo a partir do Código Civil de 2002.

Palavras-chave: Princípios UNIDROIT. Contrato de longa duração. Comércio internacional. Resilição. Denúncia. Direito comparado.

ABSTRACT

SEIXAS, Antonio Eduardo Reichmann. **UNIDROIT Principles for long-term contracts**. 2019. 159 f. Dissertation (Master of Laws) — Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

Over the last decades, the *UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts* have been well received by the international legal and business communities as an expression of the new *lex mercatoria* or the general principles of international commerce law. The recently appeared fourth edition has altered marginally some provisions of this soft law instrument to take better into account the special needs of international long-term contracts. The two major challenges faced by the Members of the Working Group responsible for preparing the last edition of the Principles were, on the one hand, establishing a definition for the rather vague notion of long-term contracts, and on the other hand, deal with the early termination of those contracts. The main purpose about this last issue wished to include one provision about termination for compelling reasons. However, it was rejected by the UNIDROIT Governing Council. Taking special care of terminological issues in the study of comparative law, the present paper describes the approach of the 2016 *UNIDROIT Principles* on the two previously mentioned subjects, also establishing a dialogue with Brazilian law when revisiting analogous legal institutes. Firstly, the paper analyzes the general discipline on long-term contracts and on the unilateral termination of contracts for an indefinite period under the 2016 *UNIDROIT Principles*. Then, it makes a review of the Brazilian legal literature on long-term concepts and discusses the development of the unilateral termination of contracts under the Brazilian law, especially since the Civil Code of 2002.

Keywords: UNIDROIT Principles. Long-term contracts. International commerce. Termination. Discharge. Comparative Law.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	PRINCÍPIOS UNIDROIT E CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO	25
2.1	Ressurgimento da <i>lex mercatoria</i> e os Princípios UNIDROIT	25
2.2	Objetivos e fundamentos da terceira revisão aos Princípios UNIDROIT	32
2.3	Conceito de 'contrato de longa duração' adotado	44
3	RESILIÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS DE DURAÇÃO INDETERMINADA NOS PRINCÍPIOS UNIDROIT	49
3.1	Fundamentos do direito à resilição unilateral dos contratos por tempo indeterminado no cenário internacional	53
3.1.1	<i>O direito inglês e os sistemas jurídicos do common law</i>	57
3.1.2	<i>Direito francês</i>	62
3.1.3	<i>Direito alemão</i>	67
3.2	Disciplina da resilição unilateral dos contratos nos Princípios UNIDROIT	69
3.2.1	<i>Contrato de duração indeterminada</i>	69
3.2.2	<i>Notificação com antecedência razoável</i>	81
3.2.3	<i>Terminologia</i>	82
4	'CONCEITOS' DE CONTRATO DE LONGA DURAÇÃO NA DOUTRINA BRASILEIRA	85
4.1	Classificação dos contratos na literatura jurídica brasileira: de Beviláqua a San Tiago Dantas	86
4.2	Concepção de Orlando Gomes	95
4.3	Distinções contratuais na doutrina brasileira contemporânea	103

5	RESILIÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS NO DIREITO BRASILEIRO	107
5.1	História legislativa do Código Civil de 2002	108
5.2	Cenário anterior ao Código Civil de 2002: aportes doutrinários ..	111
5.2.1	<i>Distinções conceituais: resilição, denúncia, distrato e revogação</i>	112
5.2.1.1	Concepção de Pontes de Miranda	114
5.2.1.1.1	Revogação, distrato, rescisão e anulação	114
5.2.1.1.2	Denúncia	116
5.2.1.1.3	Resolução em sentido amplo.....	119
5.2.1.1.4	Denúncia e resilição	122
5.2.1.2	Concepção de Orlando Gomes e Caio Mário da Silva Pereira ...	123
5.2.1.2.1	Denúncia	127
5.2.1.2.2	Arrependimento, revogação, renúncia e resgate	128
5.2.2	<i>Abuso de poder econômico e resilição unilateral de contratos por tempo indeterminado</i>	130
5.3	Resilição unilateral no Código Civil brasileiro.....	135
5.3.1	Opções terminológicas do Código Civil de 2002.....	136
5.3.2	<i>Permissão legal expressa</i>	139
5.3.3	<i>Permissão legal implícita</i>	141
5.3.4	<i>“Denúncia notificada à outra parte”</i>	144
6	CONCLUSÕES	147
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2016, o Conselho Diretor do Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) aprovou a publicação da quarta edição dos *Princípios relativos aos contratos comerciais internacionais*. Reconhecido instrumento de *soft law* dedicado à harmonização jurídica em matéria de contratos internacionais, os *Princípios* foram marginalmente alterados em relação à edição anterior, de 2010. O principal objetivo do trabalho de revisão foi adaptar alguns dispositivos e os seus respectivos comentários oficiais para ‘melhor atender às particularidades dos contratos de longa duração’.

Os maiores desafios enfrentados pela comissão de juristas — coordenada pelo professor italiano Michael Joachim Bonell e que foi responsável por esse último trabalho de modificação dos *Princípios* — consistiram em, de um lado, *estabelecer uma definição precisa* para o vago conceito de ‘contrato de longa duração’, tarefa que teve influência na delimitação do escopo das alterações normativas a serem consideradas pelo instituto; e, de outro lado, *disciplinar as modalidades de encerramento precoce* dos contratos de longa duração no cenário do comércio internacional.

O primeiro desafio — *definir um conceito preciso* de contrato de longa duração — foi enfrentado com a adoção de uma definição bastante abrangente, de caráter meramente descritivo, ‘mesclando’ diferentes teorias contratuais, sobretudo as tradicionalmente exploradas pela doutrina jurídica europeia e norte-americana (e.g. contratos de duração, contratos sucessivos, contratos relacionais, contratos complexos...).

O segundo desafio, por sua vez, não foi propriamente enfrentado com ‘inovações’. A principal proposta apresentada ao Conselho Diretor do UNIDROIT sobre a extinção precoce de contratos duradouros visava inserir nos *Princípios* a figura da *resilição unilateral por justa causa* (“*termination for compelling reasons*”), construção originária do direito alemão. Essa proposta foi rejeitada por uma série de razões, dentre as quais a percepção de que a fórmula jurídica de raízes germânicas encontra pouca aceitação no direito comparado, além do fato de já

existirem nos *Princípios UNIDROIT* dispositivos que disciplinam a *resilição unilateral*, como o art. 5.1.8, destinado a *contratos de duração indeterminada*.

Diante desse cenário, há uma miríade de assuntos que pode ser explorada levando-se em conta a relação entre *contratos internacionais de longa duração* (e suas várias facetas) e as modalidades de extinção contratual prematura no direito do comércio internacional. A presente pesquisa não ambiciona efetuar um exame amplo e aprofundado sobre esses temas (em conjunto ou autonomamente considerados), seja no campo dos *Princípios UNIDROIT*, seja no campo exclusivo do direito brasileiro (uma vez que essa tarefa escapa largamente aos limites de uma dissertação de Mestrado...).

Busca-se, isto sim, *descrever* sinteticamente a abordagem adotada na quarta edição dos *Princípios UNIDROIT* sobre os pontos mencionados e, na medida em que seja útil, *revisitar* alguns conceitos do direito contratual brasileiro a eles proximamente relacionados. Em outras palavras, pretende-se, com o presente estudo, apresentar uma leitura 'brasileira' — sem propriamente inovar, investigando-se apenas a literatura jurídica disponível — sobre dois dos temas mais vivamente debatidos sob os auspícios do UNIDROIT quando da mais recente atualização de seus *Princípios*, quais sejam, o conceito (ou conceitos...) de 'contrato de longa duração' e a disciplina da *resilição unilateral* dos contratos.

1.1 Importância do estudo dos *Princípios UNIDROIT* no contexto brasileiro

A internacionalização da economia brasileira e o crescimento que o país experimentou levando-se em conta as últimas décadas resultaram em um maior número de transações comerciais internacionais envolvendo o Brasil. Consequentemente, os litígios envolvendo essas relações comerciais também aumentaram. Para Lauro Gama Júnior, esses fatores contribuíram para a expansão

do mercado de juristas especializados em direito internacional no Brasil e, também, dos estudos dedicados a instrumentos como a CISG e os *Princípios UNIDROIT*.¹

Gama Júnior ainda aponta outros elementos que indicam uma recepção positiva dos *Princípios* pela comunidade jurídica brasileira. Primeiro, a abertura prevista pela Lei n.º 9.307/96² para a escolha das regras aplicáveis em procedimentos arbitrais “desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública,” bem como a possibilidade das partes convencionarem que a arbitragem se realize “com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.” Somada à ratificação da CISG, mesmo que tardia, em 2014,³ essas previsões legais desenvolveram um ambiente favorável ao uso dos *Princípios UNIDROIT* no Brasil.⁴

Em segundo lugar, assim como na maioria dos países, não há no Brasil leis que tratem sistematicamente de contratos internacionais. Como as transações comerciais internacionais se desenvolvem com uma rapidez bem maior do que a habilidade do Estado em regulá-las, esse espaço foi progressivamente ocupado por organizações não-governamentais, como o UNIDROIT — e os instrumentos de *soft law* mostram-se os mais adequados a cumprir esse papel.⁵

Por terceiro, as próprias características dos PICC são as grandes responsáveis pelo sucesso e expansão de sua aplicação no mundo inteiro. Afinal, auxiliam na redução de riscos, na maximização e reforço de direitos contratuais e no fortalecimento de bons resultados em um ambiente de mercado que é marcado pela ampla diversidade de regras e sistemas jurídicos. É preciso ressaltar, também, que as ideias básicas que fundamentam os *Princípios UNIDROIT* — liberdade contratual, observância de regras de ordem pública, abertura aos usos e costumes do comércio, princípio do *favor contractus* e da boa-fé, entre outras — são, em

¹ GAMA JÚNIOR, Lauro. Prospects for the UNIDROIT Principles in Brazil. *Uniform Law Review*, Roma, v. 16, p. 613-656, 2011, p. 621.

² BRASIL. **Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

³ BRASIL. **Decreto n.º 8.327, de 16 de outubro de 2014**. Promulga a CISG, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8327.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

⁴ GAMA JÚNIOR, Lauro, *Prospects...*, p. 621.

⁵ GAMA JÚNIOR, Lauro, *Prospects...*, p. 622-624.

linhas gerais, compatíveis com o que prevê a legislação brasileira, em especial o Código Civil.⁶

Dessa forma, é possível afirmar que o estudo dos Princípios UNIDROIT para contratos de longa duração encontra espaço bastante favorável no Brasil. Além da já mencionada atualidade, uma vez que a última edição dos *Princípios* foi aprovada para publicação em março de 2016, o tema da presente pesquisa se mostra relevante diante de sua utilidade prática e teórica. Prática, por um lado, quanto às diversas possibilidades de aplicação dos *Princípios*, seja para auxiliar na negociação e elaboração de contratos domésticos e internacionais, seja como conjunto de regras aplicáveis ao contrato por escolha das partes (e seu consequente uso em procedimentos arbitrais ou tribunais estatais) ou mesmo como forma de interpretar e complementar o direito nacional. Teórica, por outro lado, tendo em vista a contribuição que suas fórmulas e concepções podem trazer à doutrina contratual brasileira.⁷

1.2 Considerações metodológicas

De acordo com Genaro Rubén Carrió, muitos dos desacordos entre os juristas estão intimamente relacionados a problemas de linguagem. Essa relação é tão próxima que é possível associar, ‘sem exageros’, a origem da maior parte das controvérsias no campo da teoria jurídica a certas peculiaridades da linguagem e à falta de sensibilidade generalizada em relação a elas.⁸

A *linguagem*, continua Carrió, compreende um *sistema ou conjunto de símbolos convencionais*. O ‘significado’ de uma palavra ou expressão linguística depende, portanto, de uma convenção. Definir uma palavra é deixar explícitas suas *regras de uso*, ou seja, dizer para que serve e assinalar quais são as oportunidades,

⁶ GAMA JÚNIOR, Lauro, *Prospects...*, p. 624-626.

⁷ GAMA JÚNIOR, Lauro, *Prospects...*, p. 621-626.

⁸ CARRIÓ, Genaro Rubén. **Notas sobre derecho y lenguaje**. 1.^a ed. 3.^a reimp. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1971, p. 63.

circunstâncias ou fenômenos na presença dos quais é ‘correto’, segundo essas regras de uso mais ou menos precisas, valer-se da expressão definida.⁹

As regras de uso sobre as palavras alcançam precisão máxima quando se estipula um conjunto de condições sempre necessárias e suficientes para o seu emprego, não importa o contexto em que apareçam, de modo tal que os objetos a que o vocábulo se aplica constituem uma classe rígida e inequivocamente delimitada. Essas definições são chamadas de “léxicas.” Descrevem, em suma, um uso linguístico vigente e podem ser qualificadas de verdadeiras ou falsas.¹⁰

Quando, porém, uma palavra é considerada *vaga*, qualquer definição que tente abarcar com fidelidade suas regras de uso terá de enfrentar a imprecisão a elas inerente. Se por alguma razão particular deseja-se dar a um vocábulo uma precisão que ele não tem (e.g. para os presentes fins, definiremos X como...), então está-se fazendo algo distinto do que quando se busca o significado da palavra em acordo com os usos linguísticos vigentes. Nesses casos, pondera Carrió, *estipula-se* um significado ou, melhor dizendo, ‘legisla-se’, criando uma nova regra de uso, cuja aplicação é invariavelmente circunscrita. Essas definições são chamadas de “estipulativas” e carecem de valor de verdade. Podem ser úteis ou inúteis, cômodas ou incômodas, mas não verdadeiras ou falsas. Não são asserções, mas *decisões linguísticas*.¹¹

A tarefa de definir *lexicamente*, vale dizer, explicitar o significado ou significados convencionais de uma palavra, enfrenta dificuldades não apenas com a indeterminação ou a ‘textura aberta’ da linguagem, mas principalmente com o fato de que *as palavras não tem outro significado se não aquele que se lhes dá*, seja por quem as usa, seja por convenções linguísticas. Inexistem significados ‘intrínsecos’, ‘verdadeiros’ ou ‘reais’; a tarefa de ‘descobrir’ esses significados é inescapavelmente vã.¹² O esforço para desentranhar as regras de uso de um vocábulo mostra-se bastante esclarecedor, desde que tenha em consciência todas as limitações relativas às vicissitudes da linguagem.

As observações de Carrió são particularmente relevantes quando vai-se debruçar sobre fenômenos que envolvem diferentes *formas de classificação*

⁹ CARRIÓ, Genaro Rubén, *Notas...*, p. 64.

¹⁰ CARRIÓ, Genaro Rubén, *Notas...*, p. 64-65.

¹¹ CARRIÓ, Genaro Rubén, *Notas...*, p. 64-65.

¹² CARRIÓ, Genaro Rubén, *Notas...*, p. 65-67.

jurídica, desenvolvidos e descritos em diferentes *idiomas ou convenções linguísticas*, por estudiosos de diferentes *tradições jurídicas*. Todas essas três circunstâncias encontram-se presentes no objeto do presente estudo.

Sobre as classificações, em especial, é preciso ter-se em consciência que sempre há múltiplas maneiras de agrupar ou classificar um campo de relações ou fenômenos. O critério para decidir-se por uma dessas maneiras reside em considerações de conveniência *científica, didática ou prática*. Conforme ilustra Carrió, adotar uma classificação equipara-se à opção por um sistema métrico, como o decimal, ao invés do sistema dos ingleses. Se o primeiro é preferível em comparação ao segundo, não é porque aquele é ‘verdadeiro’ e este último é ‘falso’, mas porque o primeiro é mais cômodo, mais fácil de manejar e mais apto para satisfazer com menor esforço certas necessidades ou conveniências humanas.¹³ Isso será levado em conta para este trabalho.

Por fim, cumpre esclarecer que a análise sobre os *Princípios UNIDROIT* não apenas restringiu-se ao texto ‘seco’ dos dispositivos e os respectivos comentários oficiais, mas compreendeu, também, o exame das atas das reuniões da comissão de juristas responsável pelos trabalhos preparatórios, a produção bibliográfica disponível e elementos de direito comparado. As análises comparativas, notadamente de construções teóricas de sistemas jurídicos europeus e de alguns instrumentos internacionais de direito uniforme, não tiveram a pretensão de examiná-los a fundo, mas apenas e tão-somente na medida em que servissem para ilustrar e subsidiar o estudo sobre os *Princípios UNIDROIT*.

Ademais, nos capítulos dedicados particularmente ao estudo do direito brasileiro, restringiu-se a revisão de bibliografia nacional, mencionando-se a obra de juristas estrangeiros somente na medida em que são diretamente referenciadas por juristas brasileiros.

1.3 Estrutura do estudo

Para uma melhor exposição, dividiu-se o texto em quatro capítulos.

¹³ CARRIÓ, Genaro Rubén, *Notas...*, p. 72.

O primeiro deles tem por objetivo realizar um *apanhado geral* sobre os *Princípios UNIDROIT* e, também, sobre os *Princípios UNIDROIT* em relação ao tema dos contratos internacionais de longa duração. Nessa parte inicial do texto, serão sublinhados aspectos relevantes do contexto histórico e teórico em que os *Princípios* surgiram e se inserem, para depois serem repassados os principais pontos que fundamentaram e foram discutidos no mais recente trabalho de atualização do documento. Por fim, um item será especialmente dedicado à análise do conceito de ‘contrato de longa duração’ trazido pela quarta edição dos *Princípios*.

No segundo capítulo, por seu turno, pretende-se examinar a disciplina da *resilição unilateral dos contratos* no contexto dos *Princípios UNIDROIT*. Nesse sentido, o instrumento prevê em seu art. 5.1.8 o poder de desligamento injustificado de qualquer das partes, a qualquer tempo, em *contratos de duração indeterminada*. A investigação dessa segunda parte do estudo percorrerá aspectos ligados aos fundamentos e ao âmbito de aplicação da modalidade extintiva mencionada, além de questões terminológicas. Em especial, a análise levará em conta elementos de direito comparado, seja em relação a sistemas jurídicos domésticos, seja em relação a outros instrumentos de harmonização jurídica em matéria de contratos internacionais.

O terceiro e quarto capítulos, por fim, cuidarão de ‘transportar’ a discussão desenvolvida nos capítulos anteriores para o cenário jurídico brasileiro. De uma parte, o estudo terá por objetivo a revisão da doutrina nacional a respeito do conceito de ‘contrato de longa duração’. De outra parte, serão analisadas importantes questões terminológicas, além da própria disciplina da *resilição unilateral dos contratos* antes e depois da promulgação do Código Civil de 2002.

6 CONCLUSÕES

Atendendo à uma demanda relativamente antiga da doutrina internacionalista, o UNIDROIT propôs-se a revisar seus *Princípios relativos aos contratos comerciais internacionais* — instrumento de harmonização jurídica com ampla aceitação entre os atores do comércio internacional — para melhor adaptar seu conteúdo às especificidades das relações contratuais de longa duração.

Os maiores obstáculos enfrentados pela comissão de juristas responsável pelo trabalho de revisão foram, de um lado, a delimitação do conceito de ‘contrato de longa duração’, e, de outro, a disciplina *resilição unilateral* dos contratos duradouros no contexto internacional.

Quanto ao conceito de ‘contrato de longa duração’, optou-se por uma definição ampla, não normativa, que pudesse contemplar os mais variados temas pertinentes às relações entre *contrato* e *tempo*. Concretamente, a delimitação do conceito buscou traduzir o ‘fio condutor’ do trabalho de revisão dos *Princípios UNIDROIT* levado a cabo entre 2014 e 2016.

Conforme observamos, os sistemas de classificação, para que sejam *úteis* e atinjam os objetivos para os quais foram criados, exigem a escolha de uma *nota distintiva* que seja sensivelmente perceptível no conjunto de elementos apresentados pelos fenômenos que se quer classificar. Ademais, é preciso que essas notas distintivas se comuniquem com a finalidade em torno da qual o sistema classificatório foi construído.

A *nota distintiva principal* estipulada pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo professor Michael Joachim Bonell foi o *tempo de duração da execução do contrato*, “elemento essencial” aos contratos de longa duração, em evidente contraponto às avenças destinadas a serem *executadas a um só tempo*. Para além do elemento distintivo principal, acrescentou-se, ainda, *dois sinais distintivos secundários*, consubstanciados na *relação contínua entre as partes* e na *complexidade do negócio*.

Embora o objetivo da comissão de juristas tenha sido deixar claro tanto a juízes e árbitros quanto aos ‘usuários finais’ dos *Princípios UNIDROIT* as hipóteses em que uma avença pode ou não ser considerada como de longa duração, as consequências práticas acabaram sucumbindo às especificidades de

cada solução jurídica considerada como “particularmente relevante” ou que faz expressa referência à categoria contratual. Isso se reflete nos próprios comentários oficiais ressaltaram que a *aplicação* de um dispositivo ou a *relevância* de um comentário oficial que faça referência aos contratos de longa duração *depende necessariamente do fundamento desse mesmo dispositivo ou comentário*.

Nada obstante, se uma tal definição abrangente pode ter sua utilidade prática diminuída em razão da enorme diversidade de fenômenos que abarca — o que fatalmente ocorreu em relação à formula inserta no art. 1.11, alínea 3, dos *Princípios UNIDROIT* —, o próprio fato de *desvelar* essa diversidade de fenômenos tem, em si, certa utilidade.

Essa consequência decorre, naturalmente, da própria pluralidade de tradições jurídicas que permeou a comissão de juristas do UNIDROIT e que é inerente aos próprios *Princípios* enquanto instrumento de harmonização jurídica. Se, de um lado, uns buscaram sublinhar o caráter *relacional* dos contratos de duração, outros exaltavam a *complexidade* comumente apresentada por esse tipo de avença na prática do comércio internacional. No fim, prevaleceu como elemento distintivo principal a *duração da execução do contrato*, critério classificatório que, por sua vez, é familiar à doutrina brasileira.

De outra parte, quanto à solução proposta para a extinção precoce dos contratos de longa duração, o instituto da *resilição unilateral por justa causa* encontrou resistência devido à sua idiossincrasia. O poder individual de desligamento em avenças duradouras encontra larga aceitação quando diz respeito a *contratos por tempo indeterminado*, mas não em relação a todo e qualquer tipo de contrato cuja execução estenda-se no tempo. Quanto a esses negócios, a simples apresentação de uma ‘justa causa’ representa uma violação ao princípio da *pacta sunt servanda*.

Ademais, cumpre-nos lembrar que o preâmbulo dos *Princípios UNIDROIT* expõe a pretensão do instrumento em estabelecer *regras gerais para os contratos comerciais internacionais*, como expressão da ‘*lex mercatoria*’ e dos ‘princípios gerais de direito’, estendendo-se o seu campo de aplicação, também, à interpretação e à suplementação do direito nacional.

Diante desses propósitos dos *Princípios UNIDROIT*, um estudo que se proponha a examinar o seu conteúdo *em diálogo com um sistema jurídico doméstico* (como o brasileiro) não se restringe à mera comparação jurídica.

Compreende, principalmente, um esforço hermenêutico para apontar, acima de tudo, a *compatibilidade* do seu conteúdo, permitindo-se a aplicação dos seus dispositivos pelo juiz nacional, nomeadamente sob o ‘filtro’ maior da ordem pública.

Nesse sentido, os *Princípios UNIDROIT* adotam, em seu art. 5.1.8, uma perspectiva bastante próxima à da jurisprudência brasileira — ao aplicar o art. 473 do Código Civil — quanto à vedação de contratos perpétuos e à possibilidade de *resilição unilateral injustificada, a qualquer tempo, em contratos duradouros por tempo indeterminado*. No entanto, o dispositivo da codificação brasileira não estabelece expressamente uma tal hipótese de aplicação, razão pela qual os *Princípios UNIDROIT* cabem como instrumento interpretativo e ‘direito supletivo’ em relação à legislação brasileira.

Para além dessa circunstância, por fim, deve-se apontar que a regra esposada no art. 5.1.8 dos *Princípios UNIDROIT*, embora represente um entendimento plenamente compatível com o direito brasileiro, não reflete propriamente um ‘princípio geral’ pacífico no direito comparado ou, mesmo, no contexto do comércio internacional. Outros instrumentos de harmonização jurídica consagram, ao contrário dos *Princípios UNIDROIT*, uma distinção de disciplina entre os contratos *expressamente firmados por tempo indeterminado* e os *contratos cuja duração não foi estipulada por desídia das partes*, relevando a diferença de fundamento da regra, esposada na incompletude do instrumento e não na vedação dos contratos perpétuos como corolário da proteção à liberdade individual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao novo Código Civil: Da Extinção do Contrato: Volume VI, Tomo II, Arts. 472 a 480.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor:** resolução. 2.^a ed. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2003.

_____. Extinção dos contratos. In: FERNANDES, Wanderley. (Coord.) **Contratos empresariais:** fundamentos e princípios dos contratos empresariais. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 475-518.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano.** 14.^a ed. rev., corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

AMARAL, Francisco. **Direito civil:** introdução. 7.^a ed. rev., mod. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

AMERICAN LAW INSTITUTE. Uniform Commercial Code. Filadélfia, PA, 2002. **Legal Information Institute:** open access to law since 1992. Ithaca, NY: Cornell Law School, [s/d]. Disponível em <<https://www.law.cornell.edu/ucc>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. **Aspectos da evolução da teoria dos contratos.** São Paulo: Saraiva, 1949.

_____. **Do contrato:** teoria geral. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato.** Coimbra: Almedina, 2007, p. 143.

ARAÚJO, Paulo Dóron Rehder de. **Prorrogação compulsória de contratos a prazo:** pressupostos para sua ocorrência. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ASSIS, Araken de. **Resolução do contrato por inadimplemento.** 5.^a ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

AZÉMA, Jacques. **La durée des contrats successifs.** Paris: LGDJ, 1969. (Bibliothèque de droit privé, 102)

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico:** existência, validade e eficácia. 4.^a ed., atualizada de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Novos estudos e pareceres de direito privado.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BAPTISTA, Luiz Olavo Baptista. Contratos de agência e representação na prática internacional. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 39, v. 110, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1982.

BAR, Christian von; CLIVE, Eric; SCHULTE-NÖLKE, Hans. (Ed.) **Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law: Draft Common Frame of Reference (DCFR).** Outline Edition. Munique: Sellier European Law Publishers, 2009.

BERGER, Klaus Peter. **The creeping codification of the lex mercatoria.** Londres: Kluwer Law International, 1999.

_____. The *Lex Mercatoria* Doctrine and the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts. **Law and Policy in International Business**, Washington, DC, v. 28, n. 4, p. 943-990, Jun. 1997

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito das obrigações.** 3.^a ed., revista e acrescentada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1931.

BLACKSTONE, William. **Commentaries on the Laws of England.** Oxford: Clarendon Press, 1765.

BONELL, Michael Joachim. **An International Restatement of Contract Law.** 3rd ed. Incorporating the UNIDROIT Principles 2004. Ardsley, NY: Transnational Publishers, Inc., 2005.

BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 5 mai. 1916. Seção 1, p. 133. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Decreto n.º 51.005, de 20 de julho de 1961.** Dispõe sobre a Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51005-20-julho-1961-390625-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Decreto n.º 61.239, de 25 de agosto de 1967.** Organiza a Comissão de Revisão e Coordenação dos Projetos de Códigos. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d61239.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Decreto n.º 8.327, de 16 de outubro de 2014.** Promulga a CISG, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8327.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011.** Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Lei n.º 8.158, de 8 de janeiro de 1991.** Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8158.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. **Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.** Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9307.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

CARRIÓ, Genaro Rubén. **Notas sobre derecho y lenguaje.** 1.^a ed. 3.^a reimp. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1971.

CAVALCANTI, José Paulo. Notas sobre a “Introdução ao direito civil”, do professor Orlando Gomes. **Direito:** doutrina, legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, ano 16, v. 103-105, p. 86-97, jan./jun. 1957.

_____. Sobre diversas questões de direito civil. **Arquivo Forense**, Recife, v. 38, p. 67-126, jul./dez. 1958.

COMISSÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Projeto de Código de Obrigações.** Brasília: Serviço de Reforma de Códigos, 1965.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem.** Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, [2014]. Disponível em: <[https://www.echr.coe.int/Documents/ Convention_POR.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2019.

DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil II: os contratos.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

_____. **Programa de direito civil: parte geral.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979.

DE HOON, Machteld W. Effective unilateral ending of complex long-term contracts. **European Review of Private Law**, Alphen aan den Rijn, v. 13, n. 4, p. 469-490, 2005.

DEDEK, Helge. Art. 6:109: Contract for an Indefinite Period. In: JANSEN, Nils; ZIMMERMANN, Reinhard. (Ed.) **Commentaries on European Contract Laws**. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 859-865.

DESSEMONTET, François. The UNIDROIT Principles and the long-term contracts. **Diritto del commercio internazionale**, Milão, ano 26, n. 4, p. 873-886, 2012.

DURAND, Paul. **Traité du droit du travail**. Avec le concours de André Vitu. Paris: Dalloz, 1950.

FARNSWORTH, Edward Allan. Closing Remarks. **The American Journal of Comparative Law**, Berkeley, CA, v. 40, n. 3, p. 699-702, Jul. 1992.

_____. **Contracts**. 4th ed. Nova York, NY: Aspen Publishers, 2004.

FAUVARQUE-COSSON, Bénédicte. The New Provisions on Conditions in the UNIDROIT Principles 2010. **Uniform Law Review = Revue de droit uniforme**, Roma, v. 16, n. 3, p. 537-548, Aug. 2011.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Resilição unilateral de relações comerciais de prazo indeterminado e a lei de defesa da concorrência. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 4, p. 271-279, jul./set. 1993.

FORTIER, L. Yves. New Trends in Governing Law: The New, New *Lex Mercatoria*, or, Back to the Future. **ICSID Review – Foreign Investment Law Journal**, Washington, DC, v. 16, n. 1, p. 10-19, Mar. 2001.

FRANÇA. Code Civil. Version consolidée au 1 octobre 2018. **Legifrance.gouv.fr**: le service public de la diffusion du droit. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

FURMSTON, Michael. **Cheshire, Fifoot & Furmston's Law of Contract**. 16th ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GAILLARD, Emmanuel. Transnational Law: A Legal System or a Method of Decision Making? **Arbitration International**, Oxford, v.17, n. 1, p. 59-72, Mar. 2001.

_____. Use of general principles of International Law in international long-term contracts. **International Business Lawyer**, Paris, v. 27, n. 5, p. 214-224, May 1999.

GALGANO, Francesco. **Lex mercatoria**. 5.^a ed. Bolonha: Società editrice il Mulino, 2010. (Biblioteca paperbacks, 90)

GAMA JÚNIOR, Lauro. **Contratos internacionais à luz dos Princípios do UNIDROIT 2004: soft law, arbitragem e jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. Prospects for the UNIDROIT Principles in Brazil. **Uniform Law Review = Revue de droit uniforme**, Roma, v. 16, p. 613-656, 2011.

GARCEZ NETO, Martinho. Contratos: classificação. In: SANTOS, João Manuel de Carvalho. **Repertório enciclopédico do direito brasileiro**. Coadjuvado por José de Aguiar Dias. Rio de Janeiro: Borsói, [195-], v. 12, p. 260-268.

GIERKE, Otto von. Dauernde Schuldverhältnisse. **Jherings Jahrbücher für die Dogmatik des bürgerlichen Rechts**, Jena, v. 64, n. 28, 1914, p. 355-411.

GOLDMAN, Berthold. Frontières du droit et *lex mercatoria*. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, ano 6, n. 22, p. 211-230, jul./set. 2009.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

_____. _____. 12.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Introdução ao direito civil**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

_____. _____. Rio de Janeiro: Forense, 1957.

_____. Notas sobre uma apreciação da “Introdução ao direito civil”. **Revista Forense**: publicação nacional de doutrina, jurisprudência e legislação, Rio de Janeiro, ano 54, v. 172, fasc. 649-650, p. 560-567, jul./ago. 1957.

HESPANHA, António Manuel. **O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje**. 2.^a ed., reelaborada. Coimbra: Almedina, 2009. (O tempo e a norma)

JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. Resolução, rescisão e denúncia do contrato: questões envolvendo terminologia, conceito e efeitos. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, v. 15, p. 73-85, 2009.

LANDO, Ole; BEALE, Hugh. (Ed.) **Principles of European Contract Law: Parts I and II**. Combined and revised. Haia: Kluwer Law International, 2000.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. A denúncia e a rescisão: críticas e propostas hermenêuticas ao art. 473 do CC/2002 brasileiro. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, São Paulo, ano 3, v. 7, p. 93-115, abr.-jun. 2016.

_____. Extinção, distrato, resolução, resilição e rescisão: um estudo de teoria geral dos contratos a partir da representação comercial. In: CANEZIN, Claudete Carvalho. (Coord.) **Arte Jurídica**. Curitiba: Juruá, 2006, v. 3, p. 157-179.

_____. O poder de desligamento nas relações contratuais: a denúncia e a resilição em Pontes de Miranda. **Cadernos Jurídicos** [OAB-PR], Curitiba, n. 37, p. 4-6, jan. 2013.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. Extinção dos contratos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. (Coord.) **Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 609-648.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. São Paulo: Max Limonad, 1998, p. 99.

MALEVILLE, Jacques de. **Analyse raisonnée de la discussion du Code Civil au Conseil d'État**. 2ème éd. Paris: Larnery; Laporte, 1807.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

_____. Contratos. Conceito e evolução. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. (Coord.) **Teoria geral dos contratos**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 23-66.

_____. O caso dos produtos Tostines: uma atuação do princípio da boa-fé na resilição de contratos duradouros e na caracterização da *suppressio*. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo. (Coord.) **O Superior Tribunal de Justiça e a reconstrução do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 513-542.

_____; NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Contratos duradouros e poderes do árbitro: questões teóricas e práticas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 1247-1299, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**, 1.^a parte. 7.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. **Arbitragem, Lex Mercatoria e Direito Estatal: uma análise dos conflitos ortogonais no Direito Transnacional**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

MICHAELS, Ralf. The True Lex Mercatoria: Law Beyond the State. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, Bloomington, IN, v. 14, n. 2, p. 447-468, Summer 2007.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**: parte geral. Atualizado por Marcos Bernardes de Mello e Marcos Ehrhardt Jr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, t. 3.

_____. **Tratado de direito privado**: parte especial. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. 23.

_____. _____. Atualizado por Cláudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. 38.

_____. _____. Atualizado por Claudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. 40.

_____. _____. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. 22.

_____. _____. Atualizado por Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, t. 25.

ODGERS, F. J. Contract — Indefinite duration — Whether determinable by reasonable notice. **The Cambridge Law Journal**, Cambridge, Inglaterra, v. 14, n. 1, p. 9-11, Mar 1956.

PASSOS, Edilenice; LIMA, João Alberto de Oliveira. **Memória legislativa do Código Civil**: quadro comparativo. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

PELEGGI, Roberta. La disciplina dele “condizioni” nei Principi UNIDROIT. In: UNIDROIT (Ed.) **Eppur si muove**: The Age of Uniform Law: Essays in honour of Michael Joachim Bonell to celebrate his 70th birthday. Roma: UNIDROIT, 2016, v. 2, p. 1593-1618.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Anteprojeto de Código de Obrigações**: exposição de motivos. Rio de Janeiro, 1964.

_____. **Instituições de direito civil**. 3.^a ed. Nova edição atualizada e aumentada. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

_____. _____. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

_____. _____. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

PODER EXECUTIVO [DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL]. Mensagem n.º 160/75. Projeto de lei n.º 634, de 1975. Código Civil. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, n. 61, 13 jun. 1975. Seção I, Suplemento (B). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15675>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

PORUMB, Ovid. **La rupture des contrats à durée indéterminée par volonté unilatérale**: essai d'une théorie générale. Paris: Nizet et Bastard, 1937.

PRINCIPLES OF INTERNATIONAL COMMERCIAL CONTRACTS WORKING GROUP ON LONG-TERM CONTRACTS SESSION, 1, 2015, Roma. **The UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts and Long-Term Contracts**. (Position paper prepared by Professor Michael Joachim Bonell) Roma: UNIDROIT, 2014. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/documents/2014/study50/s-50-126-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 1, 2015, Roma. **Report**. (prepared by the UNIDROIT Secretariat) Roma: UNIDROIT, 2015. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/documents/2015/study50/s-50-misc31rev-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 2, 2015, Hamburgo. **Note**. Roma: UNIDROIT, 2015. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/documents/2015/study50/s-50-127-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 2, 2015, Hamburgo. **Report**. (prepared by the UNIDROIT Secretariat) Roma: UNIDROIT, 2016. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-misc32-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

REALE, Miguel. Resilição dos contratos por tempo indeterminado. In: _____. **Questões de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 33-46.

ROBERTSON, Donald. Long-term relational contracts and the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts. **Australian International Law Journal**. Sydney, v. 17, p. 185-192, 2010, p. 186.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. 2.^a ed. São Paulo: Max Limonad, [1965].

RODRÍGUEZ, José Antonio Moreno. **Termination for compelling reasons and Latin America**. Draft report for the UNIDROIT Governing Council Meeting. Roma, May 2016.

RUGGIERO, Roberto de. **Instituições de direito civil**. Tradução da 6.^a ed. italiana. 3.^a ed. brasileira, inteiramente revista e adaptada. São Paulo: Saraiva, 1971.

SANDROCK, Otto. How Much Freedom Should an International Arbitrator Enjoy? The Desire for Freedom from Law v. The Promotion of International Arbitration. **The American Review of International Arbitration**, Nova York, NY, v. 3, n. 1, Dec. 1992.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. **Le droit des obligations**. Traduit de l'Allemand par C. Gérardin et P. Jozon. Paris: Auguste Durand, 1863.

SCHULZ, Alexandre Buono. **Os contratos comerciais internacionais na sociedade pós-industrial**: reflexões sobre a nova *lex mercatoria*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 178.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A obrigação como processo**. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. 4.^a ed. São Paulo: LTr, 2003.

TUCCI, Rogério Lauria Marçal. **Prorrogação compulsória dos contratos de longa duração**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

UNIÃO EUROPEIA. **COM (2011) 635**: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um direito europeu comum da compra e venda. Bruxelas, 11 out. 2011. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011PC0635&from=EN>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

UNIDROIT. **UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts 2016**. Roma, Mai. 2016.

UNIDROIT GOVERNING COUNCIL SESSION, 91, 2012, Roma. **Item No. 4 on the agenda**: Principles of International Commercial Contracts – publication and promotion of the “UNIDROIT Principles 2010”. Roma: UNIDROIT, 2012. Disponível em: <<http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2012session/cd91-03-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 91, 2012, Roma. **Report**. Roma: UNIDROIT, 2012. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-17-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 92, 2013, Roma. **Item No. 4 on the agenda**: International Commercial Contracts – (b) Possible future work on long-term contracts. Roma: UNIDROIT, 2013. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-04b-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 92, 2013, Roma. **Report**. Roma: UNIDROIT, 2013. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-17-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 93, 2014, Roma. **Item No. 3 on the agenda:** International Commercial Contracts – Possible future work on long-term contracts. Roma: UNIDROIT, 2014. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2014session/cd-93-03-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 95, 2016, Roma. **Item No. 4 on the agenda:** International Commercial Contracts – Adoption of additional rules and comments to the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts concerning long-term contracts. Roma: UNIDROIT, 2016. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2016session/cd-95-03-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____, 95, 2016, Roma. **Report.** Roma: UNIDROIT, 2016, p. 18. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2016session/cd-95-15-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

VENEZIANO, Anna. The soft law approach to unification of international commercial contract law: future perspectives in light of UNIDROIT's experience. **Villanova Law Review**. Villanova, PA, v. 58, n. 4, p. 521-528, Nov. 2004.

VOGENAUER, Stefan. Article 5.1.8. In: _____. (Ed.) **Commentary on the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts (PICC)**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 643-647.

_____. Termination of Long-term Contracts 'for Compelling Reasons' under the UNIDROIT Principles: The German Origins. In: UNIDROIT (Ed.). **Eppur si muove: The Age of Uniform Law**, v. 2, p. 1698-1713. Roma: UNIDROIT, 2016.

VRIES, Gerard J. P. de. Are the Principles of European Contract Law better than Dutch Contract Law? In: HESSELINK, Martijn W.; VRIES, Gerard J. P. de. **Principles of European Contract Law**. Alphen aan den Rijn: Kluwer, 2001.

WALD, Arnaldo. **Direito civil brasileiro: direito das obrigações**. Rio de Janeiro: Editora Lux Ltda., 1962.

WORKING GROUP FOR THE PREPARATION OF PRINCIPLES OF INTERNATIONAL COMMERCIAL CONTRACTS (3RD), 1, 2006, Roma. **Summary Records of the 1st session:** Rome, 29 May to 1 June 2006. Roma: UNIDROIT, 2006. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/documents/2006/study50/s-50-misc26-e.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

ZIMMERMANN, Reinhard. **The New German Law of Obligations: Historical and Comparative Perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2005.